

Questionada a necessidade de um acordo político antes do ajuste

por Cynthia Malta
de São Paulo

A discussão sobre a existência ou não da hiperinflação na economia brasileira depende do conceito aplicado. Se a hiperinflação for considerada como um processo crescente de desestabilização, cujo episódio final é o caos total na economia, o País já está vivendo na hiperinflação, restando apenas chegar ao "grand finale". Esse debate torna-se irrelevante se não forem apontadas quais as medidas de combate à inflação e quando devem ser adotadas.

A opinião é do ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em palestra feita ontem no encerramento do seminário internacional "A Hiperinflação e o Futuro da América Latina", promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Houve o consenso ontem de que um ajuste fiscal — corte de gastos públicos aliado a um aumento de impostos, com uma redistribuição de renda — é a medida estrutural de maior urgência, além da necessidade de reduzir a dívida externa, e privatizar as empresas públicas, entre outras.

Há controvérsias, no entanto, sobre a necessidade de um prévio acordo político antes de implementar-se um programa de estabilização.

As experiências de Israel e da Bolívia demonstram que o apoio irrestrito da classe política, sindicatos e empresários, no momento da aplicação do plano de ajuste, não foi fator essencial para a sua execução.

O ex-ministro de Planejamento da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Losada, observou que a articulação do programa de estabilização implementado em seu país em 1985 — quando a inflação atingia 24.000% — foi feita por dois economistas, um heterodoxo e um ortodoxo, dois empresários, dois advogados, dois ministros, o do Planejamento e das Finanças, e o presidente Victor Paz Estenssoro. Todas as medidas foram aplicadas de uma só vez e

sem o apoio prévio de empresários, sindicatos ou políticos.

EFICIÊNCIA DE EQUIPES PEQUENAS

O coronel Emanuel Sharon, ex-diretor-geral do Ministério da Fazenda de Israel e organizador do programa de ajuste implantado em seu país em 1985, observou que para facilitar a aplicação das medidas necessárias o programa foi elaborado secretamente e não contou com o apoio de ministros, sindicatos ou empresários.

"Depois, quando o plano começou a dar certo, todos esses diziam que haviam participado dos estudos e estavam de acordo com as medidas", brincou Sharon. Ele destacou que "tanto o plano boliviano como o israelense foram feitos por equipes pequenas, cuja maior parte dos membros não era de gabinete presidencial". Isso, segundo Sharon, permitiu que as equipes ganhassem tempo, pois "não precisavam gastar horas e horas com aprovações de políticos".

Para acelerar ainda

mais a aplicação do programa de ajuste em Israel, Sharon disse que quando o plano foi apresentado ao governo já havia sido decretada a desvalorização cambial. "Dissemos a eles que os bancos ficariam fechados até a legislação sobre política monetária ser aprovada. Isso fez com que o governo decidisse, sob uma certa pressão, pois, de uma certa maneira, a decisão já estava praticamente tomada. Bem, para mim, isso não é exatamente um consenso."

VONTADE POLÍTICA

Sharon chamou a atenção para o fato de que no Brasil e na Argentina as tentativas para implantar um plano de ajuste econômico foram feitas de maneira diversa do que em Israel e na Bolívia. A busca de apoio político e popular acabou por descaracterizar os programas e minar a sua eficiência. "Digo aos brasileiros que o essencial é ter a vontade política de fazer o ajuste. O governo não pode esperar pelo consenso. Isso é ilusão", declarou Sánchez de Losada.

O embaixador Rubens Ricúpero, representante do Brasil no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), discorda de Sharon e de Sánchez de Losada. Em sua opinião, é necessário um acordo político a ser negociado antes da implementação do plano, pois as instituições democráticas no País podem ser abaladas, caso o ajuste seja aplicado de maneira ineficaz.

"O Brasil tem um sistema político dos mais irracionais do mundo. O próprio sociólogo Hélio Jaguaribe denomina-o como um dos mais predatórios. Tere-mos eleições até o ano 2000 a cada 2 anos, com exceção de 2 anos, que nunca coincidem. Além disso, estamos ameaçados de ter um presidente sem maioria no Congresso", observou o embaixador, acrescentando que, nessas condições, tentar aplicar um programa de ajuste estrutural sem promover um "consenso político mínimo" é muito arriscado.

CASO MEXICANO

O ex-ministro da Fazenda do México, Jesús Silva Herzog, por sua vez, enfatizou a necessidade de o governo estar em constante comunicação com a sociedade. "O plano na Bolívia foi imposto. No México fizemos o choque da solidariedade em dezembro de 1987", disse Silva Herzog. O apoio político para a implantação do plano foi fundamental, lembrou o ex-ministro da Fazenda. Mas, ao mesmo tempo, assinou que o governo era e é majoritário no quadro político do país. O partido do governo é o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que está há mais de 50 anos no poder.

O principal desafio para o México, segundo Silva Herzog, é administrar o descongelamento, cujo início está marcado para 1990. O preço a ser liberado inicialmente deverá ser a taxa de câmbio, pois enquanto as importações cresceram neste ano 50%, as exportações, aumentaram apenas 5% em relação ao ano passado.

A inflação em 1989 no México deverá girar em torno de 30%.